

Política Comemorações do 25 de Abril

O 25 de Abril “não é Lisboa” e “ainda não chegou a todo o país”

Quase 48 anos depois da Revolução que derrotou a ditadura, há ainda “Abril por cumprir” e promessas esquecidas ou que não tinham encontrado o seu tempo

Liliana Borges Texto
Nuno Ferreira Santos Fotografia

Sara Barros Leitão e Miguel Cardina são “filhos” da democracia, ambos nascidos depois da Revolução de 1974. Quase netos, corrigiria a actriz, encenadora e fundadora do *Heróides – Clube do Livro Feminista*. E o que é que feminismo tem a ver com o 25 de Abril? Tudo. É numa conversa no Largo do Carmo em frente ao quartel onde Marcello Caetano se renderia à coluna militar comandada pelo capitão Salgueiro Maia que Sara Barros Leitão e Miguel Cardina olham para os últimos 48 anos de celebrações e conquistas de Abril, mas também para as lutas que foram sendo “secundarizadas” e para as promessas que ficaram por cumprir. E para as lembrar, irão organizar um conjunto de iniciativas para assinalar os 50 anos do 25 de Abril.

Sob o mote de “Abril é Agora” e através da associação cultural Cultra, os dois dão a cara por um conjunto de debates, colóquios académicos e exposições itinerantes que pretendem trazer “o Abril esquecido” e devolvê-lo “às pessoas”, em paralelo às celebrações institucionais previstas. Porém, fazem uma ressalva clara: o projecto “não surge numa lógica de contraposição ou disputa”, mas de complementaridade em relação às celebrações “oficiais”. “Quantas mais coisas acontecerem, melhor”, resume o historiador e dirigente do Bloco de Esquerda, Miguel Cardina. “Estas serão comemorações de esquerda, que querem trazer o feminismo, o antifascismo, o anticolonialismo”, nota. Ao mesmo tempo, surgem como uma das respostas possíveis à sombra da ascensão da extrema-direita “que resgata e reconfigura o discurso ‘Deus, Pátria e Família’ e a afirmação e glorificação do Esta-

do Novo”, como assinala Cardina.

Sem uma “lógica de nostalgia do não vivido, nem de qualquer tipo de passadismo”, as celebrações que estão a ser planeadas pelo grupo querem “afirmar o legado da resistência política na luta contra a ditadura, o lugar da guerra colonial e do anticolonialismo no momento final do Estado Novo”, continua o historiador. Uma visão que a “intenção institucionalista e de busca de algum consenso em torno do 25 de Abril” exigida às comemorações institucionais têm “de alguma maneira excluído”, considera. Por isso, além do balanço acerca do que a Revolução trouxe à sociedade portuguesa, o projecto quer olhar para “as fracturas, os conflitos e as disputas que Abril suscitou e que estão aí ainda hoje” e que “têm ficado subalternizados ou secundarizados na memória do 25 de Abril”.

“Têm-se falado da resistência política, mas tardiamente”, nota Miguel Cardina. Da mesma forma, também “a questão do anticolonialismo e da guerra colonial” tem sido excluída da discussão pública sobre o passado. Porém, continua, “foi a derrota política às mãos dos movimentos de libertação africanos que produziu as condições para o 25 de Abril”.

Há ainda “uma série de temas e camadas que sempre existiram mas que em 74 não estavam na ordem do dia, porque a vida é também as suas circunstâncias. E se à data não havia esse espaço, em 2022 é preciso que haja”, completa Sara Barros Leitão. É o caso de “toda a questão LGBT, do feminismo interseccional, do combate ao racismo” e até mesmo do combate às alterações climáticas.

Por outro lado, muitas vezes, as comemorações de Abril acabam por ser um momento “que acontece em Lisboa, no Convento do Carmo”,



Na agenda

Colonialismo

Reconhecer a “dívida histórica para quem combateu a ditadura” em África e a forma como esse passado colonial marca o discurso xenófobo.

Racismo

Identificar as causas do racismo, num trabalho de autocritica e descolonização da identidade nacional e combate ao discurso racista da extrema-direita.

Feminismo

Garantir a igualdade de direitos, nomeadamente de género, incluindo na representatividade da mulher.

Educação

Proteger a escola como espaço decisivo, introduzindo na disciplina de História reflexos sobre o passado colonial branqueado.

considera Sara Barros Leitão. “O país é muito mais do que isso e Abril ainda não chegou a todo o lado, não chegou mesmo, basta andar de comboio para dentro do país”, sublinha, horas depois de ter chegado a Lisboa justamente de comboio.

Por isso, o projecto quer assinalar a data não apenas num tempo mais alargado, mas também com a preocupação de incluir “várias formas e expressões”, para que todas as populações “sintam que aquela é também uma memória sua para reivindicar e que não fica sob a alçada de ninguém”. Com 31 anos, Sara Barros Leitão destaca ainda a importância da representatividade nestas celebrações. “Sinto isso até na questão geracional. Olho para o que é uma comissão de ‘pensar Abril’ e penso que não é para mim”, desabafa. E isso traz consequências. “O perigo disso é eu precisar de encontrar outros eixos para me segurar, por não encontrar essa representatividade”, nota. “É profundamente importante combater isso porque é uma luta de todas e de todos e é uma luta altamente presente”, continua.

“Há coisas de Abril que não se cumpriram, mas há muitas que se

cumpriram de forma bela e transformadora. Hoje, filhos de operários e filhos de burgueses entram na mesma faculdade, depois de andarem todos na mesma escola. Isso é comvente. Isso cumpriu-se e vai continuar a cumprir-se”, ressalva. Porém, “parte da minha geração não consegue detectar onde é que isso começou e de que forma é que disso são herdeiras”. “É preciso resgatar essa memória”, defende a encenadora.

E tudo isso ganha uma nova dimensão “num ano em que pela primeira vez temos uma representação antidemocrática e que se assume contra os valores de Abril”, alerta Sara Barros Leitão. “É um desafio que é preciso perceber. É em cada dia que encontramos um não-Abril que o perdemos e o podemos resgatar”, afirma. “A dimensão e representação dessas forças dão legitimidade a vozes e opressões contra direitos que achávamos que já estavam conquistados, convictos que não voltaríamos atrás”, diz.

E aqui há também um papel “fundamental” das escolas, mas também “das actividades extracurriculares”, defendem – e é por isso que para elas têm reservado um ciclo de deba-



Quem são Sara e Miguel?

Miguel Cardina e Sara Barros Leitão fazem parte da Cultra, uma associação cultural que conta com dirigentes do Bloco de Esquerda e que organizará, durante os próximos quatro anos, um conjunto de iniciativas para celebrar os 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974. Miguel Cardina é historiador e investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e na última convenção do BE foi eleito dirigente na lista encabeçada por Catarina Martins. Sara Barros Leitão é atriz e encenadora, diretora artística da Cassandra, estrutura de criação fundada em 2020 e uma voz na defesa do feminismo e igualdade de direitos. Em 2020, a protagonista de *Catarina e a Beleza de Matar Fascistas* venceu o Prémio Revelação Ageas Teatro D. Maria II. Num dos seus mais recentes projectos, colaborou na preparação do Monólogo de uma mulher chamada Maria com a sua patroa, cujo título foi roubado a um dos textos que compõem o livro *Novas Cartas Portuguesas*, escrito em 1971 por Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno.

Miguel Cardina é historiador e Sara Barros Leitão é encenadora



Há coisas de Abril que não se cumpriram, mas há muitas que se cumpriram de forma bela e transformadora. Hoje, filhos de operários e filhos de burgueses entram na mesma faculdade

Sara Barros Leitão
Encenadora e membro da Associação Cultra

tes, com uma bolsa de historiadores disponíveis para as escolas que estiverem interessadas nestas iniciativas. “A escola é muito importante mas precisamos de reactivar a força da vida das organizações, das associações, das colectividades e das militâncias cívicas mais variadas”, aponta Miguel Cardina. “É importante voltar a resgatar este espaço e poder imaginar um futuro onde trabalhamos todos menos e podemos dedicar-nos ao que é a nossa cidadania”, completa Sara Barros Leitão.

E se em Abril de 1974 se lutou pelo salário mínimo nacional, hoje permanece a luta pelo direito à habitação, exemplifica. “Vamos ter discursos de nostalgia explícita do fascismo ou de desculpabilização – quando não mesmo de nostalgia e afirmação do passado colonial e nacionalista português – ou uma tentativa de confundir Abril com Novembro. Isso é muito típico de uma certa direita. O CDS tentou, certos sectores do PSD também o tentaram e mais recentemente a Iniciativa Liberal também o fez. É um erro histórico e uma tentativa de reescrever o passado para usos muito concretos no presente”, acusa Miguel Cardina.

Os discursos dos presidentes no 25 de Abril “O discurso que Marcelo fez no último 25 de Abril foi importante, mas limitado”

Entrevista

Liliana Borges

Miguel Cardina e Sara Barros Leitão integram a comissão que nos próximos quatro anos organizará celebrações

Miguel Cardina assinalou alguns dos reptos lançados pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa no último discurso de 25 de Abril, notando que Belém poderia influenciar uma agenda de políticas públicas da memória, intensificando o diálogo com as antigas colónias, para que se tenha um olhar mais abrangente sobre este passado. Viu alguma evolução?

Miguel Cardina: Em termos institucionais não. Não sei como serão as celebrações. Os discursos de anteriores Presidentes mesmos aqueles que eram de outras áreas políticas não foram tão claros sobre uma série de assuntos que Marcelo abordou. Cavaco Silva nunca mencionou a palavra colonial, por exemplo. Nem descolonização, escravatura ou racismo. Marcelo assume outra postura, o que também tem de ver com uma série de trabalhos que têm sido feitos pelo movimento anti-racista e por uma academia engajada. Porém, o discurso que Marcelo fez foi importante, mas limitado. Marcelo, na sua posição, não se deveria ter ficado pelo discurso. Tinha instrumentos políticos de pressão ou activação de processos para que se possa avançar para um conhecimento partilhado [sobre o passado colonial]. Há muito por fazer sobre isso, quer na dimensão de arquivos, quer através de trabalhos académicos, com colegas, faculdades ou centros de investigação africanos. Há trabalhos de musealização a serem feitos. Portugal tem de decidir se quer mesmo um “Museu da Descoberta” e se o quer com esse nome. É a continuidade deste tipo de representações do passado que queremos? Ou queremos enfrentar estas questões de outra forma? Os actores políticos têm um papel nestas decisões.

Ainda hoje falamos da “época dos Descobrimentos”. Como é que isso perpetua um discurso nacionalista e racista? Reflete-se no crescimento da extrema-direita?

M.C.: Abril foi o derrube da ditadura, mas tivemos dificuldades em entendê-lo como o corte com o colonialismo. E Abril também foi resultado directo dessa luta anticolonial, mas não é assumido enquanto tal. Os heróis de Abril são os militares que lutaram na Revolução, mas também os africanos que permitiram criar condições para o derrube da ditadura. Falarmos do fascismo da história colonial e do passado é termos de enfrentar de frente a desigualdade ainda hoje existente entre homens e mulheres. É termos de enfrentar a história que a tornou possível, perceber como desactivar isso e



Os heróis de Abril são os militares que lutaram na Revolução, mas também os africanos que permitiram criar condições para o derrube da ditadura

falar de um historial colonial que ainda nos pesa. Se não o fizermos não percebemos porque é que o racismo está tão embebido na sociedade portuguesa.

Quer as crianças desde tenra idade, quer os turistas que nos visitam – e para efeitos de venda da cidade [Lisboa] lá fora – estão embebidos no discurso “dos grandes heróis que deram mundos ao Mundo”. Essa mitificação nacionalista da história é um problema, não só para conhecer melhor o nosso passado, mas também para enfrentar atavismos muito profundos da sociedade. Quanto aos extremismos, não devemos ceder à tentação de confundir o campo da extrema-direita com um nicho muito específico de pessoas que pensam de uma determinada maneira. A extrema-direita sempre aí esteve, não tinha era um sujeito político que lhe desse corpo. Falar do 25 de Abril hoje, na lógica de projectar e actualizar um património cívico e historicamente simbólico, não é apenas uma luta contra a extrema-direita. Uma iniciativa desta natureza é mais ampla que isso.

Todos os partidos com representação parlamentar devem integrar as celebrações do 25 de Abril?

Sara Barros Leitão: Devem ser os próprios partidos a fazer essa reflexão e pensar se aquilo que está no seu programa cumpre os valores de Abril. Devem ser eles a reflectir se devem ou não estar presentes e marcar uma data que podem achar que é hostil.



A tradicional descida na Avenida da Liberdade, em Lisboa